



# 1º CICLO UNIFICADO DE AUDITORIAS: PRINCIPAIS RESULTADOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

**Lisandro Inakake de Souza**, engenheiro agrônomo, Gerente dos Programas Boi e Soja na Linha; **Louise Nakagawa**, bióloga, Coordenadora de Projetos do Programa Boi na Linha; **Guilherme Whyte**, engenheiro ambiental, Coordenador de Projetos do Boi na Linha; **Marcella Cavalcanti Seraphim**, engenheira ambiental, Assistente de Projetos dos Programas Boi e Soja na Linha; todos, do Imaflora.



## Mensagens-chave:

- O 1º Ciclo Unificado de Auditorias é um grande avanço no cumprimento dos compromissos da pecuária na Amazônia Legal, garantindo maior transparência por meio da padronização dos processos, cronogramas e reporte simultâneo das auditorias dos estados participantes do TAC Carne Legal.
- O 1º Ciclo Unificado de Auditorias traz como uma inovação as chamadas Auditorias Automáticas, realizadas a partir de bases de Guias de Trânsito Animal (GTAs) e Cadastros Ambientais Rurais (CAR) disponibilizadas pelos estados e que permite a visibilidade da conformidade daqueles frigoríficos que não contrataram auditorias de 3º parte.
- A ampla transparência da implementação do TAC Carne Legal depende do pleno acesso às bases de dados públicos das propriedades rurais e das movimentações de animais com destinação para abate.



## COMO O CICLO DE AUDITORIAS FOI ORGANIZADO

Em outubro de 2023, em evento oficial do Ministério Público Federal, foram apresentados os resultados do 1º Ciclo Unificado de Auditorias das empresas frigoríficas signatárias do Termo de Ajustamento de Conduta (TACs) na Amazônia Legal. Posteriormente, em março de 2024, os resumos públicos dos resultados das empresas participantes do ciclo foram divulgados, marcando um significativo avanço na transparência e fortalecimento dos compromissos socioambientais na cadeia da pecuária na Amazônia Legal.

Além da harmonização dos critérios e procedimentos de auditoria estabelecidos no Protocolo de Auditoria, lançado em 2021, o ciclo unificado se efetiva por diretrizes, estrutura e cronograma comuns para todos os estados com empresas signatárias dos TACs do Programa Carne Legal. Assim, assegura-se a condução dos processos dentro de ritos comuns e a publicação padronizada dos resultados, o que permite a comparação das performances das empresas auditadas e o nível de transparência entre órgãos públicos estaduais, proporcionando uma melhor visão e entendimento sobre a evolução no cumprimento dos acordos, permitindo a melhoria contínua para os próximos ciclos.

Ainda, os resultados promovem visibilidade e valorização das empresas comprometidas com o monitoramento de sua cadeia, evidenciando aquelas que não aderiram ao processo de auditoria ou que apresentaram desempenho insatisfatório com o objetivo de movimentá-las para melhores resultados nos ciclos seguintes. Também demonstra o interesse dos estados na regularização da cadeia produtiva da pecuária, uma vez que o processo depende da disponibilização das bases públicas de dados das propriedades fornecedoras.

Neste ciclo, foram convocadas 60 empresas frigoríficas dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Pará. O critério para o convite baseou-se na relevância da empresa, que leva em consideração sua representatividade em relação ao volume total de abates do respectivo estado. No Pará, participaram empresas consideradas relevantes, sendo estas signatárias ou não do TAC da Carne Legal, enquanto nos

demais estados participaram empresas consideradas relevantes e signatárias do compromisso. Foram avaliadas as compras referentes ao período de julho de 2020 até dezembro de 2021.

Do total convocado, apenas 19 das empresas entregaram Relatório de Auditoria. A baixa adesão indica que a assinatura do TAC não garante o seu cumprimento, e que uma parte essencial do processo - a demonstração de conformidade via relato dos dados e verificação dos resultados - não ocorre de forma proativa pelos signatários. É nesta etapa que é possível avaliar quais critérios estão sendo de fato respeitados e a efetividade dos sistemas de gestão de risco socioambiental das empresas.

O 1º Ciclo Unificado introduziu mais uma novidade para reforçar a transparência na cadeia da carne. Aqueles frigoríficos que não apresentaram auditorias de terceira parte, tiveram suas compras avaliadas por auditorias automáticas. As análises automáticas foram realizadas dentro da Câmara Técnica de apoio ao TAC, com base em dados de Guias de Trânsito Animal (GTAs) e de Cadastros Ambientais Rurais (CARs) disponibilizados pelos estados do Acre, Amazonas e Pará. Mato Grosso e Rondônia não participaram deste processo devido a indisponibilidade das bases de dados pelos órgãos estaduais.

As análises automáticas não consideram os potenciais desbloqueios de compras realizados de maneira adequada pelos frigoríficos, chamadas de justificativas baseadas nas regras definidas pelo Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia (Protocolo Boi na Linha), uma vez que são realizadas via dados públicos e sem interação direta com o frigorífico, pelo fato dessas empresas não atenderem a convocação do MPF para o processo de auditoria. Portanto, a contratação de auditoria de terceira parte é mais interessante para demonstração de desempenho e atendimento ao TAC Carne Legal. Assim, o processo automático pode também ser visto como um incentivo para adesão das empresas ao processo de verificação e reporte.



## RESULTADO DAS AUDITORIAS

**De acordo com os resultados das auditorias contratadas, o Acre foi o estado com maior porcentagem de inconformidades. Porém, essa informação não representa a realidade no campo, uma vez que apenas a empresa JBS apresentou o Relatório de Auditoria no estado. Quando comparado com os resultados das auditorias automáticas, o Acre foi o estado com menor número de inconformidades, representado por dois frigoríficos (Fricarnes e Modelo).**

O estado do Pará apresentou um desempenho nas auditorias de terceira parte considerado satisfatório pela Câmara Técnica (2,1% de não conformidades), que classifica assim resultados com até 5% de inconformidades. Dessa maneira, este ciclo marcou dois avanços relevantes: o maior percentual de participação em termos de volume de gado auditado e o menor percentual de não conformidades desde o início das auditorias no estado. No entanto, os resultados das análises automáticas demonstraram alta porcentagem de inconformidades - 17,73%. As auditorias automáticas não consideram desbloqueios justificados pelas regras do Protocolo Boi na Linha, ao contrário das auditorias realizadas por terceiros. Assim, a ausência de uma auditoria de terceira parte não impede a exposição do frigorífico, enquanto a sua contratação permite que os frigoríficos que monitoram sua cadeia demonstrem seu trabalho com maior precisão.

Ainda, as auditorias automáticas do Pará incluem frigoríficos relevantes, que abatem volume importante de gado bovino, e não signatários do TAC, o que impactou na alta porcentagem de inconformidades. Esses resultados indicam que empresas sem compromisso são potenciais compradoras de gado de propriedades irregulares e podem, portanto, ser consideradas agentes de mecanismos de triangulação de gado. Para esses frigoríficos, ressalta-se a importância de aderir ao TAC, implementar um sistema de monitoramento em sua cadeia de fornecimento e,

posteriormente, contratar auditorias de terceira parte, estabelecendo assim um ciclo completo de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV)

Em Rondônia, devido à falta de disponibilidade de informações do estado, as auditorias foram realizadas a partir do banco de dados fornecido pelas próprias empresas auditadas, o que evidencia a falta de transparência do estado para este ciclo. Foram convocadas as empresas JBS e Minerva, que apresentaram seus relatórios. As inconformidades registradas no estado (7,1%) são relacionadas às compras da JBS, uma vez que a Minerva demonstrou 100% de conformidade em suas compras.





## RESULTADO DAS AUDITÓRIAS

Os resultados de Mato Grosso são representados pelas empresas Marfrig, Minerva e JBS, com as duas primeiras apresentando 100% de conformidade em suas compras. Outros nove frigoríficos contrataram auditoria de terceira parte, mas não concluíram o processo, deixando de entregar o relatório de auditoria. No estado, o processo foi conduzido com base em bancos de dados fornecidos pelas empresas auditadas, também devido à indisponibilidade de dados estaduais. Por essa mesma razão, as empresas de Mato Grosso que não apresentaram relatório não foram submetidas a auditorias automáticas. No Amazonas, nenhum dos frigoríficos convocados apresentou relatório de auditoria,

apesar de todos serem signatárias do TAC. Portanto, os resultados apresentados foram todos analisados automaticamente. As auditorias automáticas não avaliaram os critérios de alterações nos limites de CAR, Licenciamento Ambiental Rural (LAR) no Pará e Índice de Produtividade, que podem ser considerados para os próximos ciclos.

Nos gráficos a seguir, observa-se o desempenho das empresas frigoríficas que contrataram auditorias de terceira parte e entregaram relatório (Figura 1) e o desempenho das empresas que não contrataram auditorias e, portanto, passaram pelo processo de análise automática (Figura 2).

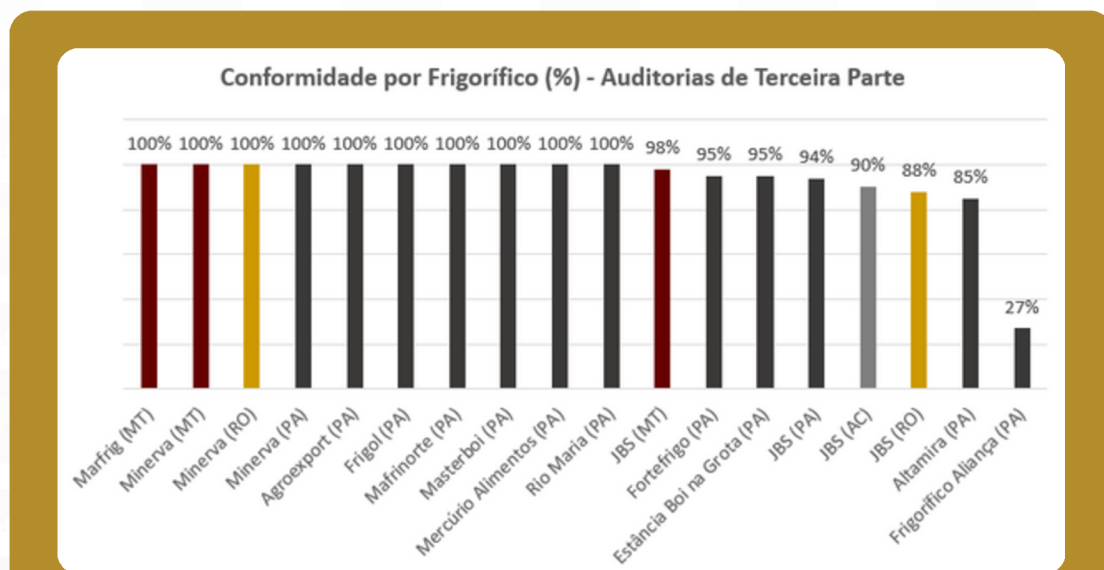


Figura 1: Porcentagem de inconformidades apresentadas pelos frigoríficos que contrataram auditoria de terceira parte.

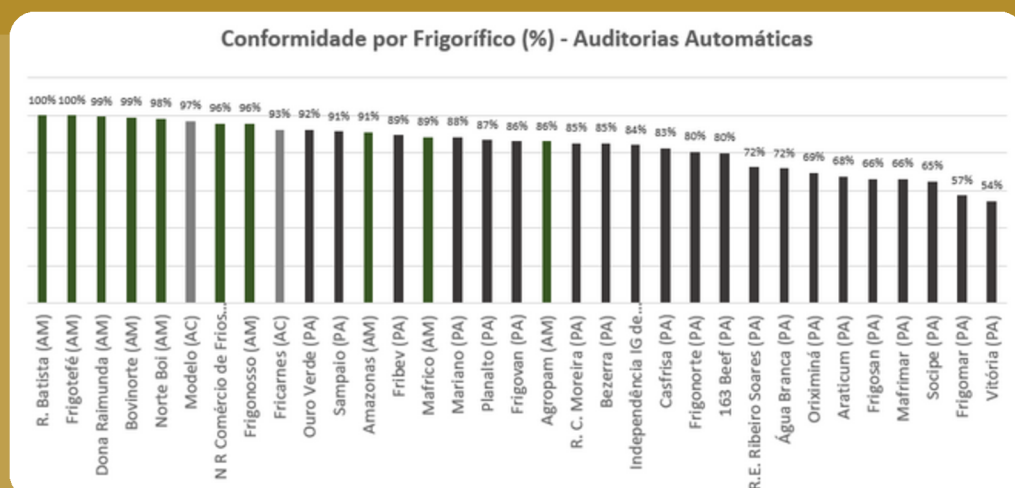


Figura 2: Porcentagem de inconformidades apresentadas pelos frigoríficos que passaram pelo processo de auditoria automática.



Ao analisar as categorias de inconformidades, observa-se que o critério com maior incidência de irregularidades é o Desmatamento Ilegal após 1º de agosto de 2008, em ambas as modalidades de auditoria. Segundo os resultados das auditorias contratadas, no estado de Rondônia, 99,70% das não conformidades identificadas estão relacionadas a este critério, enquanto no Mato Grosso esse valor é de 72% e no Acre, 70%. No Pará, esse número é menor, representando 27,40% das inconformidades. Quando comparadas com as auditorias automáticas, o Pará apresenta 88% de irregularidades relacionadas a esse critério, enquanto o Amazonas registra 80%. Por outro lado, o Acre mostra uma leve redução, com 61% - correspondendo a apenas dois frigoríficos.

O critério falta de CAR ou CAR inválido foi a segunda irregularidade mais recorrente nas análises contratadas, sendo que no Pará foi a primeira, com 56,63%, devido, principalmente, aos resultados de dois frigoríficos: Frigorífico Aliança, que demonstrou descontrole da sua cadeia produtiva, e Frigorífico Altamira, que enfrenta problema logístico por ser empresa prestadora de serviço de abate, não compradora de gado, e, portanto, depende de intermediários para esclarecimento sobre as fazendas de origem. O mesmo critério não foi contabilizado como inconformidade nas auditorias automáticas por conta de indisponibilidade ou inconsistências nos dados auto declaratórios, sem prejuízo de ser considerado não conformidade em auditorias automáticas futuras.

Em relação ao critério de sobreposição de propriedades com Terras Indígenas, observa-se que nas auditorias contratadas esta irregularidade não foi constatada, enquanto que nas auditorias automáticas encontrou-se essa irregularidade em 6 frigoríficos do Estado do Pará, sendo quatro deles signatários do TAC.

**Todos os frigoríficos, mesmo os que não apresentaram essa inconformidade, devem estar atentos à problemática: o monitoramento da cadeia de fornecimento apresenta uma importante lacuna, os fornecedores indiretos, e novos casos de pecuária ilegal em Terras Indígenas continuam sendo evidenciados. Diante desse cenário, a gestão de risco dos frigoríficos frente a esses territórios deve ser desenvolvida e aprimorada, o frigorífico deve conhecer sua exposição ao risco, identificando regiões mais vulneráveis e adotando medidas de prevenção e salvaguardas.**

**Nas auditorias automáticas, não foram identificados casos de trabalho análogo à escravidão, enquanto que nas auditorias de terceira parte um frigorífico do estado do Pará apresentou ocorrência de compras irregulares devido a este critério. Não foram observadas ocorrências similares nos outros estados auditados.**

Os resultados relacionados à sobreposição com Unidades de Conservação mostraram uma diferença significativa as análises de terceira parte (0,35%) e as análises automáticas (12,17%). Essa variação pode ser atribuída a possibilidade de justificativa de irregularidades nas auditorias contratadas, uma vez que existem regras de desbloqueio para essa categoria, como a apresentação de documentos que comprovem o uso sustentável da UC, permitindo atividades como a criação de gado.

É importante destacar que ambas modalidades de auditoria avaliam as compras diretas das empresas frigoríficas, portanto essas análises são limitadas aos fornecedores diretos e não consideram a ocorrência de inconformidades nos elos indiretos da cadeia.

Apesar da dificuldade de adesão das empresas, o 1º Ciclo Unificado de Auditorias foi um passo importante para construção de uma cadeia responsável e reuniu uma série de aprendizados que serão incorporados no 2º Ciclo, que está em curso neste ano de 2024 e avaliará as compras das empresas frigoríficas referentes ao ano de 2022. A expectativa é de que os resultados sejam publicados até dezembro de 2024.

Dessa forma, espera-se que mais empresas sejam convocadas para participar deste ciclo, incluindo as não signatárias do TAC de outros estados, além do Pará. Ainda, há expectativa de que as auditorias automáticas sejam realizadas para todas as empresas consideradas relevantes dos estados do TAC Carne Legal, com expansão para Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. Essas empresas receberão os resultados das análises automáticas e poderão utilizá-los para orientar a decisão sobre a contratação de uma auditoria de terceira parte.



## BOI NA LINHA

Criado em 2019 pelo Imaflora em parceria com o Ministério Público Federal, o Boi na Linha orienta e qualifica agentes da cadeia de valor da carne e do couro para a promoção de uma pecuária transparente e livre de desmatamento, trabalho escravo e invasão de áreas protegidas.

Com foco prioritário na Amazônia Legal e Cerrado, o programa busca demonstrar as vantagens sociais, econômicas e ambientais de uma atuação dentro das leis e com responsabilidade socioambiental.



Desde 1995, o Imaflora atua na promoção do uso sustentável e inclusivo dos recursos naturais. Seus projetos conciliam conservação ambiental e desenvolvimento econômico, atendendo a demandas das cadeias florestal, agropecuária, da sociobiodiversidade e da agenda climática. Realiza trabalho em campo, assistência técnica, serviços ESG e certificações, além de pesquisa e desenvolvimento de dados. ([www.imaflora.org](http://www.imaflora.org))

## Agradecimentos

Esta edição contou com valiosas colaborações[MCS1] dos Procuradores da República do Ministério Público Federal, Dr. Ricardo Negrini, representante do estado do Pará no Grupo de Trabalho Amazônia Legal, e Dr. Rafael Silva, representante do estado do Amazonas e coordenador do GT Amazônia Legal.

## Referências:

**Imaflora (2021).** Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia. Disponível em: <https://www.boinalinha.org/wp-content/uploads/2022/08/COMPLETO-Protocolo-de-Auditoria-PORTUGUES-Boi-na-Linha-Imaflora-060-8088-ALT6-WEB.pdf>

**Imaflora (2021).** Do compromisso à ação: a trilha da carne bovina responsável na Amazônia Brasileira. Disponível em: <https://www.boinalinha.org/wp-content/uploads/2022/08/LIVRO-BOI-NA-LINHA-Do-compromisso-a-acao-14x21cm-V12-WEB.pdf>

**Procuradoria da República do Pará (2023).** Pecuária na Amazônia Legal: 1º auditoria unificada é apontada como marco para transparência socioambiental. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/1o-ciclo-unificado-auditorias-pecuaria-amazonia-resultados>

## Expediente:

### Jornalista responsável

Dani Marques MTB 4625|SP

### Fotos

Rick Oliveira | Imaflora

### Revisão e Tradução

Maria Fernanda Arraes, Camila Marques (Inglês) e Catherine Zhou (Mandarin)

O InfoBoi foi criado em 2020 por iniciativa do Programa Boi na Linha e é organizado por Lisandro Inakake, engenheiro agrônomo e Gerente de Projetos no Imaflora, liderando o Programa Boi na Linha; e Louise Nakagawa, bióloga, PhD em energia e Coordenadora de Projetos no Imaflora, dedicada ao Programa Boi na Linha